



PATRIMÔNIO CULTURAL, INVENTÁRIO, ATIVISMO CULTURAL E TRABALHO DE CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO INRC DO CARIMBÓ NO PARÁ

Eixo Temático 2 - Práticas de comunidades, grupos e indivíduos: processos de elaboração, identificação e preservação de referências culturais coletivas

Edgar Monteiro Chagas Junior
Professor Doutor, UNAMA, Brasil
edgar.chagas@unama.br

Andrey Faro de Lima
Professor Doutor, UFPA, Brasil
andreylima@ufpa.br

* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

RESUMO

Este artigo propõe um olhar sobre o fazer inventários de bens culturais ante os dilemas de um trabalho de campo realizado no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais do Carimbó no estado do Pará. Analisa-se o antagonismo dos debates sobre o trabalho técnico e a ação política forjada no trâmite do inventário. Verificou-se a necessidade de reflexão sobre os mecanismos de atuação do trabalho de campo na perspectiva do esclarecimento dos contornos ensejados pelos procedimentos teórico-metodológicos os quais se firmam estruturas de pesquisa, bem como a maneira como estes procedimentos são assimilados ou refutados pelo público diretamente envolvido com o objeto pesquisado. Debate-se o método do fazer inventários a partir do que ocorreu no caso do Carimbó e que ensejou debates e tensões entre os agentes culturais diretamente envolvidos (carimbozeiros), ativistas culturais, pesquisadores responsáveis pelo inventário e as instituições públicas envolvidas.

Palavras-Chaves: *carimbó; inventário; ativismo cultural.*

ABSTRACT

This article proposes a look at making inventories of cultural assets in the face of the dilemmas of fieldwork carried out within the framework of the National Inventory of Cultural References of Carimbó in the state of Pará. It analyzes the antagonism of the debates about the technical work and the political action forged in the process of the inventory. There was a need for reflection on the mechanisms of action in field work in order to clarify the contours brought about by the theoretical-methodological procedures which establish research structures, as well as the way in which these procedures are assimilated or refuted by the public directly involved with the searched object. The method of making inventories is debated, based on what happened in the case of Carimbó and which gave rise to debates and tensions between the cultural agents directly involved (carimbozeiros), cultural activists, researchers responsible for the inventory and the public institutions involved.

Keywords: *carimbó; inventory; cultural activism.*

1. INTRODUÇÃO

Os inventários e registros de bens culturais no Brasil tem sido alvo de inúmeras discussões entre os diversos segmentos sociais envolvendo questões que transcendem as temáticas específicas do objeto de registro em si. Observa-se, nos últimos anos, um aumento gradativo de debates sobre esses registros realizados pelos e entre os grupos culturais estudados, mas também por grupos que se formam em paralelo aos inventários com o intuito de acompanhar o processo e, ao mesmo tempo, ampliar as informações sobre as implicações e, conseqüentemente, as supostas “benfeitorias” que tal empreendimento pode oferecer na medida em que o bem cultural passe a ser registrado como patrimônio cultural brasileiro.

Entre os anos 2009 e 2014 uma expressão cultural considerada símbolo identitário do Pará teve seu inventário realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Carimbó, conhecido como ritmo e dança tipicamente paraense que possui um profundo significado para grande parte da população do estado, notadamente a da zona litorânea (Salgado Paraense e Marajó) – onde foram identificados mais de 150 grupos em atividade – tendo relação direta com o trabalho de pescadores e agricultores.

O contexto referencial simbólico da referida expressão está atrelado, por um lado, a um sentido de atribuição interna dos praticantes, que densamente elaboram uma teia de significados (GEERTZ, 2008) e mobilizam uma estrutura complexa de solidariedades (MAUSS, 2003) e, por outro, da atribuição externa (ativistas, instituições de fomento, divulgação e apoio cultural dos setores públicos e privados, associações de grupos parafolclóricos, mídia em geral, etc.), onde o referencial é forjado a partir de um discurso político afirmativo intencionalmente produzido como recurso de apropriação dos referentes comunicacionais idealizados.

Neste panorama se observa a mobilização de todo um conjunto de relações sociais que constituem um cenário único e que vão participar do modo como esta expressão é percebida, concebida e vivida. Diferentes agentes, a partir de seus campos discursivos, debatem e tensionam então na busca pela assunção a uma centralidade, consoante as ações estrategicamente negociadas nas mediações deste mesmo cenário.

A tentativa de analisar as estratégias de articulação das relações socioculturais e políticas diversas empreendidas em torno do Carimbó, observadas, apreendidas e consideradas no bojo da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) sobre essa manifestação cultural no Estado do Pará, traduz-se pela necessidade de alavancar os debates e outros olhares sobre a perspectiva etnográfica no âmbito da realização desses inventários. Busca-se aqui também contribuir com as discussões acerca da dinâmica de produção dos muitos discursos de proteção e valorização patrimonial que emergem nestes processos, elaborados por determinados grupos sociais constituídos para acompanhar e discutir os processos de registros sob a tutela de uma suposta representatividade, mas que – como se observou na pesquisa – entrecruzam-se, em diferentes níveis, às múltiplas contradições, disputas e contingências que configuram a realidade.

Este artigo, portanto, propõe um olhar sobre o fazer inventários de bens culturais ante os dilemas de um trabalho de campo realizado no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais do Carimbó no estado do Pará. Analisa-se o antagonismo dos debates sobre o trabalho técnico e a ação política forjada neste processo. Pretende-se uma reflexão sobre os

contornos ensejados pelos procedimentos teórico-metodológicos nos quais se firmam estruturas de pesquisa, bem como a maneira como estes procedimentos são assimilados, ratificados ou refutados pelos diferentes públicos. Debate-se o ofício do fazer inventários a partir do manual do INRC, amplamente usado e difundido no Brasil pelo IPHAN, tendo aqui a experiência do Carimbó, registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil; inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2014. No decorrer da pesquisa que orientou o inventário, e mesmo posteriormente, verificou-se um conjunto de narrativas tensionadas entre os grupos sociais diretamente envolvidos – carimbozeiros, ativistas culturais, pesquisadores responsáveis pelo inventário e instituições públicas.

Assim, o presente texto é fruto da observação *in loco* dos pesquisadores que participaram deste empreendimento em todas as suas fases – Levantamento Preliminar; Inventário e Dossiê Final. Partiu-se aqui da perspectiva metodológica da observação participante (MINAYO, 2001), realizada ao longo do trabalho de campo, mas também dos estudos de história de vida e da história oral, o que nos permitiu transitar entre múltiplas narrativas dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente. Durante o trabalho de campo foram percorridos 39 municípios do estado do Pará, sendo realizadas mais de 400 entrevistas entre os anos 2009/2012, majoritariamente na região Nordeste do estado.

2. DESENVOLVIMENTO

O inventário do Carimbó no Pará se deu a partir de uma mobilização iniciada em 2005, por grupos do interior do estado durante a realização do Festival de Carimbó do Município de Santarém Novo, distante 182 km da capital, na região Nordeste do estado do Pará. Na ocasião, o IPHAN foi convidado a realizar uma comunicação sobre o registro do patrimônio imaterial brasileiro e o INRC. Com o encontro, formou-se um coletivo de pessoas que passaram a promover uma série de eventos e debates sobre a possibilidade do registro em vários municípios, notadamente onde o Carimbó é reproduzido com maior intensidade. Neste ínterim, a mobilização passou a se auto-intitular Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro⁴⁵ e, por meio de reuniões, palestras, oficinas, seminários, etc., divulgavam, nas dezenas de festas e eventos de Carimbó pelo estado, as diretrizes das políticas e dos processos de inventários bem como a necessidade de criação de um movimento amplo de mobilização da sociedade sobre a importância da preservação do bem cultural.

A Campanha se tornou um agente que passou a acompanhar de perto todo o processo de trabalho do inventário junto ao IPHAN, participando de reuniões e acrescentando observações sobre temas gerais da pesquisa, mas sem, no entanto, interferir nos procedimentos teórico-metodológicos que dão sustentação à realização das etapas do trabalho (Levantamento Preliminar, Identificação, retornos para divulgação dos resultados, dossiê, etc.).

⁴⁵ Para saber mais: <http://campanhacarimbo.blogspot.com/>

Figura 1: Cartaz do II Congresso Estadual de Carimbó



Fonte: <http://campanhacarimbo.blogspot.com/2017/05/ii-congresso-estadual-do-carimbo.html>

Em conformidade com o que estabelece os parâmetros metodológicos estruturados no Manual de Aplicação do INRC, a ideia da ação conjunta entre atores culturais locais e pesquisadores é um dos itens que reforçam a possibilidade de acesso e democratização de informações, ao mesmo tempo em que contribui para o estabelecimento de uma comunicação com maior alcance entre o universo estudado e os pesquisadores. Esse procedimento constitui uma importante e poderosa ferramenta de socialização dos saberes sobre os bens culturais compreendidos pelo processo de registro patrimonial, já que, em diferentes níveis, subentende-se que o diálogo e o debate acerca dos temas ocorrem tanto nos gabinetes quanto nos locais de coleta de informações. Assim, desde 2004 o IPHAN (no Pará) passou a promover vários debates entre pesquisadores e pesquisados tanto durante o processo de realização de inventários como também através dos retornos aos municípios pesquisados para divulgação, análise e novos debates sobre os resultados das pesquisas.

Contudo, desta segunda década do século XXI em diante, observou-se que destas ações e experiências se desenvolveu um notado processo de especialização decorrente das atribuições e projeções que os chamados “agentes locais” obtiveram entretimentos. Verificou-se que estes mesmos “agentes locais” passaram a atuar não somente como facilitadores do contato com o universo de reprodução do Carimbó ou mesmo apresentando sugestões, questionamentos ou observações, mas, em muitos registros, também como “depositários” e, no pior dos casos, “atravessadores”, com autoatribuição de uma “patente” sobre uma representatividade muitas vezes contingente.

Estas situações já foram identificadas em vários registros nos quais se realizaram INRC's, Brasil afora, notadamente onde ocorre uma grande mobilização, consoante os engajamentos organizados sobre a tutela dos processos de registro. Nestas mobilizações, o fato concreto de produção de discurso é acionado sobre um conjunto articulado de informações que notabilizam a ação em tornada formação e/ou construção de uma manifestação política sobre a manifestação cultural; que acaba por absorver o seu conteúdo simbólico, resignificando-o com a finalidade de instrução de demandas que teoricamente provém das necessidades de preservação e fomento cultural.

Neste cenário, nota-se a formação de certas linhas de atuação nãoexcludentes, mas que em determinados contextos sobressaem algumas características que acabam por diferenciá-las em relação aos conteúdos discursivos que promovem, ou seja, ações deliberadas que hora estão atreladas às reais demandas dos grupos culturais, hora importa, quase exclusivamente, a capitalização política dessas ações. Neste contexto, atualmente, é observado um relativo aumento no número de "ativistas" individuais e/ou coletivos, grande parte orientada por critérios de afinidades em torno de um discurso notadamente produzido sobre o risco da perda da identidade cultural dos locais ou regiões que "sofrem" com o incremento do capital flexível globalizado e sua suposta tentativa de homogeneização cultural (GONÇALVES, 1996).

Ao conjunto afirmativo de ideias, ideais e propostas conjugam-se outros elementos constitutivos de sociabilidades acionadas sobre uma dimensão associativista que se apresenta sob o véu das expressões culturais que lhe dão o suporte como ensejo do que deve ser representado, tal qual de uma hora para outra se cria um enraizamento dinâmico realizado sobre uma articulação inesperada entre a alta tecnologia e o vital (MAFFESOLI, 2012).

Assim, promovem-se e elaboram-se sentenças positivadas: *"Carimbó patrimônio cultural brasileiro: nós queremos!"* que passam a centralizar a cognição para uma naturalização do fenômeno ideológico. Neste momento, o grupo estabelece o vínculo afetivo sobre uma postura da nobreza humana de atores (no sentido dos atos) que se dedicam às determinadas causas em nome de uma preservação não apenas identitária, mas, sobretudo, "ancestral" (no sentido de um ethos imaginário em muitos momentos contingencial em suas referências para a ação).

A construção de um campo discursivo segue aquilo que Boudieu (1989) define como uma dimensão do real de processos que se encontram em concorrência. Segundo esta perspectiva, as diversas formações discursivas advêm de um conjunto de enunciados que estruturam um discurso sobre o mesmo objeto e informa sobre o lugar onde essa disputa se materializa. O discurso sobre Carimbó como um campo de interações pode ser estruturado e também estruturante, definido a partir de estratégias e relações de poder. Desta forma, observa-se uma hierarquização em relação à apropriação do sentido da manifestação, a partir de um exercício de entendimento dos processos envolvidos na produção de sentido associado à noção de identidade. Na medida em que determinados grupos apropriam-se (ou tentam se apropriar) de conteúdos simbólicos, transcende-se seu valor de uso, organizando-o sobre novas figurações que passam a inviabilizá-lo enquanto saber "notório" transfigurado performativamente em discurso político.

3. RESULTADOS/ANÁLISES

Como se verifica, esta condição acima discutida delimita e enclausura os elementos comunicacionais do bem cultural focado registro (neste caso, o Carimbó), que passa a ser representado por um preposto que terá a reponsabilidade não só de o “defender”, mas também dizer “o que é pertinente”. Todavia, como se observou durante o INRC sobre Carimbó, as tensões geradas por esse empreendimento não deixaram de existir e, assim, edificou-se uma relação de poder estabelecido entre os diferentes agentes culturais, incluindo os que se consideravam às margens dos debates.

Esse pessoal vem aí da universidade querendo dizer pra mim que o Carimbó tá morrendo, que tem que virar patrimônio nacional, pra ele não morrer, porque ele é patrimônio nacional. Quando foi que o Carimbó tava morrendo? O Carimbó é tudo isso aqui que tu tá vendo. Eu não tô vivo? Então porque o Carimbó tá morrendo? Nunca ninguém parou pra pensar que o Carimbó tivesse morrendo e sempre teve Carimbó pra nós dançar. Agora querem dizer que é patrimônio nacional. Então vão botar o Carimbó no museu pra não se estragar. Vão congelar o Carimbó⁴⁶.

O depoimento serve de referência quanto às ingerências das práticas discursivas sobre o Carimbó que tensionam questões de ordem política debruçadas sobre um imaginário ideal em relação a esta expressão cultural ante os anseios e demandas dos grupos que a reproduzem.

Esta situação colaborou para o surgimento de um cenário político segmentado dentro de alguns dos municípios que possuem expressivo número de pessoas e grupos envolvidos com o Carimbó, como é o caso de Marapanim, pertencente à microrregião do Salgado Paraense, distante 125 km de Belém. Neste registro, observa-se, por exemplo, um conflito latente em duas linhas de tensão: a primeira entre os chamados grupos de Carimbó da zona rural e da zona urbana, por conta de uma suposta relação de privilégios diferenciados no que tange às ações culturais do poder público municipal; a segunda entre os grupos organizados como pessoa jurídica (com inscrição de CNPJ) e os que possuem sua organização baseada em acordos coletivos de seus membros sem o estabelecimento de normas específicas de organização jurídica.

De acordo com os representantes do segundo grupo, há um privilégio dos primeiros em relação às oportunidades contratuais estabelecidas pelo poder público exatamente pela obrigatoriedade de um respaldo técnico. Assim, tem se discutido em Marapanim a formação de uma “liga independente”, formada pelos grupos não organizados juridicamente, objetivando uma maior representatividade em relação às instituições de fomento cultural nas esferas pública e privada. Tal situação tem gerado constantes debates acerca da emancipação política de alguns grupos, que sofreriam represálias por não estarem de acordo com as diretrizes da gestão municipal, o que sugere uma apreciação mais ampla. Somando-se, há também o reaparecimento dos festivais competitivos de Carimbó, criados por agentes privados e públicos, alvo de intensas críticas por parte dos grupos. Estes festivais são caracterizados pelo formato concorrencial, pela distribuição de premiações em dinheiro e pelas exigências quanto à parte estética das apresentações, entre outras situações que tem contribuído

⁴⁶ Depoimento do artesão de banjo Manoel Favacho. Entrevista realizada a 19 de abril de 2009 em Marapanim na microrregião do Salgado Paraense.

sobremaneira para uma tentativa de readequação dos grupos para atender aos critérios estabelecidos.

Na década de 1970 estes festivais se tornaram comuns tanto no interior quanto na capital do estado. Na década seguinte eles sofreram certo arrefecimento, chegando a seu quase total desaparecimento. Já em fins da década de 1990 os festivais ressurgem como forma de atração turística ainda no molde concorrencial, como o “Festival de Carimbó” e o “Zimbarimbó” em Marapanim, o “Festrimbó” em Santarém Novo, o “Carimbó-Fest” na praia de Algodal (pertencente ao município de Maracanã), entre outros.

Outro aspecto importante do cenário atual do Carimbó está relacionado à criação de organizações sociais pautadas em ações de “valorização” e “reconhecimento” ante a sociedade e as instituições públicas, sendo atualmente a campanha *Carimbó Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro* a mais ativa neste sentido. Como dito, desde 2005 esta campanha vem promovendo encontros, debates, promoção de festivais, seminários, palestras, buscando ainda fomentar, via editais públicos, algumas práticas culturais relacionadas ao Carimbó. No entanto, possivelmente em função da grande exposição na mídia, somado ao fato de não ser considerada politicamente uma organização representativa dos grupos, não deixou de ocorrer insurgências em muitos municípios, geralmente relativas a questionamentos quanto a legitimidade e a representatividade desta organização.

Entre as principais indagações surgidas durante coleta de campo realizada entre 2009 e 2010 estava a falta de um consenso em relação aos nomes dos dirigentes, já que não existe um processo de escolha democrática, além de algumas desconfianças relacionadas tanto à organização da campanha quanto a sua representatividade e possíveis interesses. Frente a esta situação ficou claro que estas insatisfações envolveram a própria aceitação do registro do bem cultural por conta de supostas antipatias e/ou divergências com as diretrizes e os dirigentes da Campanha. As críticas estão muitas vezes relacionadas a supostos benefícios políticos e financeiros dos membros dirigentes da campanha, por conta das constantes aparições do seu principal representante na TV, ao lado de políticos em palanques da eleição de 2010 e a possíveis benesses de ordem econômica por conta das constantes aprovações de editais públicos para realização de eventos que estariam supostamente beneficiando apenas o grupo de Carimbó de seu município natal. Além disso, uma vez que o referido dirigente passou a atuar como “assessor” de cultura de várias prefeituras do interior do Pará possivelmente se beneficiando da grande exposição que obteve.

Neste cenário, os grupos de Carimbó do interior do estado vêm reelaborando suas estratégias de negociação, definindo suas posições frente aos novos acontecimentos e, com isso, criando novas sociabilidades a partir de novos processos organizacionais, que passam pela reorientação de parcela significativa destes grupos, alguns deles transformados em associações culturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica social do universo do Carimbó diverge em muitos aspectos daquilo que se propaga discursivamente e que se enraizou no imaginário recente sobre a expressão cultural – notadamente no domínio urbano de Belém – de um Carimbó idealizado e exotizado, como

distorção da realidade, como manifestação envolta em uma pureza de práticas típicas das populações interioranas, sem conflitos, sendo o “caboclo” um guardião épico da “verdadeira cultura paraense”. Assim, o discurso da Campanha assume sua “função” ideológica como forma de escamotear as contradições de um sistema social complexo, tornando-o portador de “(...) uma natureza sistêmica que contém um saber organizado (não científico) para certos fins (econômico, político, estéticos, etc.)” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 40), condicionando e instituindo assim uma nova realidade vernacular e, principalmente, midiática.

Estes fatos desencadearam uma série de discussões que dão margem para a análise antropológica e a prática do fazer pesquisa no âmbito do INRC, instrumento que passou a ser o carro-chefe de boa parte das demandas dos grupos sociais envolvidos com a cultura popular pós decreto 3551/2000. Em se tratando de um contexto de trabalho institucional, onde cada vez mais o antropólogo é chamado a assumir inventários – seus métodos e técnicas de coleta de informações em campo –, com as textualizações decorrentes da sistematização do que foi recolhido e estudado, uma questão se torna imperativa. Há a necessidade de se adequar à proximidade cada vez maior não apenas dos grupos diretamente investigados, mas também de seus *advocacys* que atualmente mobilizam ações baseadas em discursos de representação que surgem junto com os processos de inventários para o registro do patrimônio imaterial brasileiro.

As interferências externas, as estratégias de negociação e de sobrevivência, as sociabilidades, a memória e as histórias de vida, as antigas e novas formas organizacionais, os velhos e novos discursos, o empreendedorismo versus a prática habitual no interior do Pará, os conflitos, as perdas, os ganhos, as intimidações, os usos, a “resistência”, a condição imaginária urbana e rural, a apropriação, entre outras situações, são questões atuais que envolvem os grupos e agentes sociais ligados direta ou indiretamente ao Carimbó, tanto na capital como no interior do estado.

As transformações e os conflitos entre os grupos sociais envolvidos se intensificaram na última década sem, no entanto, haver uma compreensão desta complexidade sociocultural que, atualmente, pode-se dizer, encontra-se em estado de efervescência devido às novas atribuições organizacionais impostas pelas vicissitudes contemporâneas, bem como às novas situações geradas pelo próprio processo de registro. Até então, a maioria dos estudos em torno do Carimbó, tem se dedicado ao contexto urbano de Belém, direcionando-se, sobretudo, às discussões sobre “tradição” e “modernidade” a partir das obras e trajetórias de personagens como Verequete e Pinduca dois dos maiores representantes do Carimbó feito em Belém do Pará. O Primeiro considerado um dos guardiões do autêntico Carimbó “pau e corda”, e o segundo autointitulado o “modernizador”, posto que, inseriu instrumentos musicais elétricos formando uma banda que passou a executar o ritmo do carimbó com o uso de bateria, guitarra e contrabaixo .

Durante as investigações em campo surgiram várias inquietações quanto à ampla disparidade observada entre as concepções discursivas decorrentes de domínios como a mídia, a academia e o estado em relação ao Carimbó e as perspectivas e percepções de grupos do interior do estado. Neste sentido, constataram-se ingerências das práticas discursivas sobre o Carimbó que tensionam questões de ordem política debruçadas sobre um imaginário ideal em relação a esta expressão cultural, ante os anseios, práticas e sociabilidades dos grupos tidos

como representantes. O que envolve de modo significativo as tentativas de organização coletiva forjadas na atuação burocrática de programas estatais.

A constituição discursiva institucionalizada em torno de um imaginário que apreende o Carimbó como manifestação representante da identidade paraense, tem se projetado atualmente em direções que apontam para uma ratificação da ideia de um suposto risco da “perda” e da “extinção”, muito comum (mas não unânime) nos tradicionais discursos elaborados pelas agências estatais que lidam com a *proteção, promoção e preservação* do Patrimônio Cultural. Este teor é recorrente nos comentários de muitos, sobretudo quando se referem ao possível “desinteresse” dos mais jovens ou à falta de investimentos por parte do poder público.

Isto é emblemático, e a discussão não é recente, mas ainda serve de base para a formulação de discursos salvacionistas sobre a cultura popular. No entanto, percebe-se que esta condição está muito mais associada à manutenção de um paternalismo que vem se atualizando nos domínios culturais que permanecem reféns de uma estrutura burocrática que contribui para o surgimento de habilidosos “depositários” e “atravessadores” que capitalizam neste universo de mestres e mestras fazedores de cultura. O trabalho realizado pelo INRC do Carimbó no estado do Pará é um bom exemplo de como os processos de patrimonialização de bens culturais tem produzido novas possibilidades frente à burocracia estatal, ao mesmo tempo em que mantém as coisas no mesmo lugar.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos. ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HERZFELD, Michael. **Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Antropologia).
- IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Carimbó. Belém do Pará: Iphan, 2014.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991

LONDRES, Cecília. Patrimônio e performance: uma relação interessante. In: TEIXEIRA, João Gargiel, et al (org). Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização. Brasília: ICS-UnB, 2004.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras Editora, Obras reunidas: poesia I. 2001.

MAFFESOLI, M. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 18 ed. 2001.

PEIRANO, Mariza. **A favor da Etnografia**. Brasília: Série Antropologia 130, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1992.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63
